

TRABALHO PSÍQUICO DO EXÍLIO: O CORPO À PROVA DA TRANSIÇÃO

Alexei Conte Indursky e Bárbara de Souza Conte

Alexei Conte Indursky
Psicólogo, mestre em Psicologia pela Universidade Paris 7, Denis-Diderot. Doutorando pela mesma Universidade, Centre de Recherches en Psychanalyse, Medecine et Societes (CRPMS).

Bárbara de Souza Conte
Psicanalista, doutora em Psicologia pela Universidade Autônoma de Madri, membro Pleno e diretora de Ensino da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Coordenadora do Projeto SIG Intervenções Psicanalíticas (Porto Alegre/RS).

RESUMO: O artigo apresenta considerações sobre a intervenção terapêutica de indivíduos refugiados no Brasil junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Frente a situações de reassentamento solidário dos refugiados de diferentes culturas, observamos que a especificidade do trauma do exílio convoca o sujeito a exprimir no corpo o conflito decorrente de sua situação de deslocamento. O trabalho analítico entra em jogo quando outra linguagem é necessária para fazer falar o sofrimento destes indivíduos. Nossa hipótese de investigação reside em compreender como as manifestações somáticas apresentadas por tais sujeitos estão imbricadas no sintoma de desenraizamento identitário do exílio.

Palavras-chave: Exílio, corpo, refugiados, trauma, luto.

ABSTRACT: Psychic work of exile: the body of the resistant transition. The following paper presents considerations on therapeutic interventions with refugees in Brazil through the United Nations High Commissioner for Refugees. In face of situations of solidarity resettlement of refugees from different cultures, we have observed that the specificity of exile trauma requests one to express in the body the conflicts originating from a displacement situation. The analytical work begins when the use of a different language is necessary to have those individuals express their suffering. Our main hypothesis relines on analyzing how the somatic manifestations presented by those individuals are attached to the identity destabilization symptoms of exile.

Keywords: Exile, body, refugees, trauma, mourning.

DOI - <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982015000200008>

Pretende-se apresentar algumas considerações preliminares a partir da escuta psicanalítica junto aos refugiados em situação de reassentamento no Rio Grande do Sul. Escolhemos o público específico oriundo da América Latina pois, após constantes perseguições e violências, recorre ao Alto Comissariado da ONU para Refugiados (Acnur) para obter asilo.

Nossa tarefa não é simples, seus percursos tampouco. Confrontamo-nos aqui com um duplo desafio. Ao trauma das violências físicas e morais (passando pelas perseguições e sequestros até os atos de tortura e violação sexual), coaduna-se outro traço incontornável: *a condição do exílio*. Esta, longe de restringir-se a um afastamento geográfico e à impossibilidade de retorno à pátria, refere-se a um processo psíquico específico de desenraizamento da identidade.

Frente a tal processo, cujos efeitos repercutem diretamente no narcisismo e na filiação simbólica de tais sujeitos, encontra-se o corpo como a última ancoragem daquilo que lhes é próprio. Nossa escuta trata de encontrar traduções e transcrições aos eventos traumáticos, percorrendo, assim, aquilo que alcunhamos de *trabalho psíquico do exílio*. Almejaremos aqui indexar alguns eixos fundamentais para compreender o trabalho analítico possível diante dos sujeitos exilados, conferindo uma atenção especial ao corpo e seus processos de somatização específicos a tais contingências. Nosso argumento principal reside, portanto, em demonstrar como as manifestações somáticas apresentadas por tais sujeitos estão imbricadas no sintoma de desenraizamento identitário do exílio.

PROBLEMÁTICA

Explicaremos sucintamente nosso trabalho e a problemática que o causa. Fruto de uma parceria entre a Sigmund Freud Associação Psicanalítica, instituição de formação e transmissão da psicanálise de Porto Alegre (RS), e a Associação Padre Antônio Vieira (Asav), instituição associada à Organização das Nações Unidas (ONU), este projeto disponibiliza tratamento psicanalítico aos sujeitos, vítimas de violência e perseguição, que chegam ao Brasil tratados como refugiados pelo Acnur. Proposta inovadora dentro da política de soluções duráveis do Acnur, o reassentamento solidário consiste num acompanhamento social dos refugiados desde a inserção nas comunidades em que vão residir, disponibilização de cursos de língua, até a capacitação profissional para reinserção no mercado de trabalho.

Logo de sua chegada, iniciado esse processo de reassentamento solidário, não raro observa-se emergirem dificuldades em relação à adaptação ao meio social e tais dificuldades extrapolam as atribuições dos trabalhadores das equipes da Asav. Outra escuta anuncia-se necessária frente aos episódios traumáticos, cujas cicatrizes tocam os registros mais arcaicos do psiquismo, e nos revelam

a presença de um hiato espaço-temporal fundamental na experiência de exílio de tais sujeitos.

O quadro sintomatológico geral desses indivíduos — oriundos da Colômbia, Panamá, Nicarágua, Equador — aponta traços de uma depressão essencial. Citamos como manifestações sintomáticas: ambivalência no juízo de realidade (paraíso perdido/terra prometida), perda das referências temporais (pré e pós-exílio), empobrecimento do pensamento, impossibilidade de associação livre e da capacidade de fantasiar, ataques de angústia, paranoia e, finalmente, as somatizações.

Nossa revisão bibliográfica (NATHAN, 1984; TOURN, 2003; LUSSIER, 2011) demonstra como as expressões de depressão essencial, ataques de angústia e paranoia são socialmente reconhecidas como traços do sofrimento psíquico dos exilados. Encontra-se, no entanto, uma grande dificuldade em conferir o mesmo estatuto às somatizações e ao empobrecimento das capacidades de pensar e imaginar que interferem no juízo de realidade. Estes últimos são em geral interpretados como atuações que dissimulam (segundas) intenções não declaradas, tentativas de se aproveitar da situação generalizada de demandante de asilo, para fins não explicitados, escusos. Situação que, não raro, engendra um mal-estar nas relações de confiança e cumplicidade entre agentes da Asav e refugiados.

A resposta contratransferencial dos agentes sociais reflete-se constantemente nos afetos fundamentais de amor/ódio nutridos frente a tais sujeitos. Por vezes, naturalizando determinada etnia ou cultura (*esses fulanos têm ódio no DNA*) ou, por vezes, banalizando um sofrimento que permanece incompreendido, pois destoante do cenário clássico daqueles que estão em luto (*eles simplesmente não querem ajuda*).

De nossa parte, começamos por nos perguntar simplesmente a que respondem as somatizações apresentadas por certos refugiados, quando, por exemplo, quadros de dores repentinas nunca antes experimentadas por tais sujeitos passam a ocorrer com certa frequência após um novo reassentamento. Se algo da ordem do não representado pede passagem e tradução por meio do corpo, devemos assumir que o momento de reassentamento remete a uma situação estruturante e ansiogênica face à condição do exílio? Se nos propomos a estudar tal causalidade mediante a escuta clínica, devemos também nos debruçar sobre a tarefa de descrevê-la metapsicologicamente: I) o que está em jogo no exílio como algo que pode ou não ser recomposto psiquicamente, dando origem a novos destinos; II) como se dão e se desfazem os investimentos de objeto e o narcisismo de tais sujeitos; III) e, sobretudo por que o corpo é solicitado como a via de expressão dos conflitos advindos de tais situações.

EX-IL¹

Buscamos aqui definir o que entendemos por exílio. Uma discussão prévia entre “refúgio voluntário e obrigatório” é necessária para diferenciar nossa incursão.

Começamos pela ‘escolha’ de refugiar-se. Decisão que nos remete ao Seminário XI, *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, quando Jacques Lacan (1964) apresenta a posição de alienação própria à separação que constitui o psiquismo. *A bolsa ou a vida?* — intimação ameaçadora, que um larápio nos impõe quando da decisão ingrata de escolher nosso destino ressoa de forma instigante, se justaposta à decisão de partir em refúgio. Ao escolher a bolsa, ou seja, permanecer em sua pátria, o sujeito fica sem os dois. Se escolher a vida, fica separado daquilo que lhe engendra a decisão — seja a bolsa, seja a pátria. É aquilo que o psicanalista francês denomina o *fator letal* do véu da alienação e que, em nosso caso, nos ajuda a distinguir o refúgio voluntário de um forçado. Neste último — o forçado —, encontra-se sempre implicado tal fator que atualiza a experiência arcaica de separação do corpo do bebê do corpo materno, causando em *après-coup* a ruptura traumática.

Façamos um parêntese: frente à grande constelação de deslocados, sejam eles refugiados ambientais, sobreviventes de genocídios, minorias vítimas de perseguições e violências, grupos migratórios humanitários — que se ocupam da saúde destes últimos — e imigrantes econômicos, vislumbramos a condição psíquica do exílio como possibilidade que recorta tais grupos. Referenciaremos, aqui, no entanto, apenas as especificidades do refúgio forçado por perseguições e violências sociais. O instituto do refúgio é assim definido pelo Comité Nacional para Refugiados (Conare) (Lei 9.474/97). Pessoa que:

“devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não pode, ou em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção de tal país, ou que se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.”²

Não se vislumbram, no entanto, apenas a violência e perseguição que causam a destruição das *formações intermediárias* do laço social. Formações que, segundo Kaës (1990), possibilitam a manutenção do contrato narcísico e dos pactos de denegação fundamentais à manutenção das renúncias pulsionais descritas por Freud (1930). Mas, igualmente, aquilo que se exprime em *après-coup* como efeito

¹ A grafia francesa nos empresta esta polissemia semântica, cuja tradução literal mais apropriada parece ser Ex-ele. A pronome ‘Ele’ referindo-se à identidade perdida.

² Ver artigo 1o da Lei 9.474/97.

de desestabilização da ancoragem pulsional e desorganização dos invólucros psíquicos do sujeito (ANZIEU, 1987). É a partir deste operador conceitual que podemos compreender como os conteúdos psíquicos, antes de serem passíveis de representação, necessitam de uma espacialidade para poderem inscrever-se na psique. A tal operação de espacialidade Dider Anzieu (1987) alcunhou a expressão “invólucros psíquicos,” enfatizando sua ação continente realizada sobre tudo o que se refere aos signos pré-linguísticos de sensorialidade e afetividade do sujeito. O real da violência, causa da ruptura do refúgio, realiza uma efração na contiguidade que liga os conteúdos psíquicos a toda sensorialidade que circunda o indivíduo. A desestabilização em tais invólucros barra o processo secundário de representação do sujeito, que não poderá tematizar tal transição, senão num momento posterior.

Mediante tal efração da intimidade (*Heim*) e morada do sujeito, retorna sobre seu psiquismo uma angústia generalizada, impelindo-o num movimento turbilhonar em direção ao fora, à exterioridade. Exilado de seus referenciais culturais, de seus objetos familiares, de suas sensorialidades que envelopam suas afecções (NATHAN, 1984), o próprio espaço enquanto campo do desconhecido não se apresenta mais para o sujeito como possibilidade de identificação e criação de um lugar de vida, mas aversão psíquica a seu contato. O espaço só é representado, nesse contexto, enquanto terra perdida ou de errância, posição que demonstra o tempo fixo e congelado em que o sujeito se encontra.

A situação geopolítica de separação e impossibilidade do retorno à terra de origem nos revela, portanto, a condição psíquica de um sujeito em exílio de si mesmo que, situado em um hiato espaço-temporal, não se encontra nem aqui nem acolá, nem agora nem outrora, mas entremundos. O desenraizamento subjetivo que subjaz a tal condição repercute diretamente na possibilidade de filiação simbólica e identitária face ao novo país de acolhida. Paradoxo ressaltado pelo traço gráfico entre o sujeito e sua antiga identidade (*Ex-il*): se, por um lado, observamos o sinal de uma separação de tudo que permite ao indivíduo reconhecer-se enquanto sujeito do desejo; por outro, observamos seu irremediável pertencimento a tais significantes e objetos, como forma privilegiada de evocação simbólico/imaginária de sua filiação. Como nos sugere Janine Altounian (2005), o sujeito exilado deverá colocar-se à prova de elaborar e traduzir as marcas de tais transições a fim de reinscrever suas memórias em outra espacialidade, e assim transmitir sua herança cultural.

As vicissitudes do exílio nos intimam, desta feita, a uma reflexão referente ao traumático e suas possibilidades de manifestações patogênicas. Julgamos necessária uma ressalva, mesmo que de evidência aparente: o exílio por si só não é patogênico, mas certamente o é quando da ausência de condições para a realização de um trabalho psíquico de elaboração. A falta de mediadores culturais

que permitam a expressão social do sofrimento próprio ao exílio é notadamente um dos traços que nos chamam a atenção em tal contexto. Conjugado à posição de estrangeiro que o exilado ocupa no laço social, suas manifestações sociais de dor e sofrimento são raras vezes lidas e interpretadas pela sociedade enquanto tais. A ausência de mediadores culturais impede tais demarcações espaço-temporais de escritura social de seus percursos e histórias.

Passemos a dar contornos metapsicológicos à figura do Ex-il e seus processos patógenos.

CORPO SITIADO

“Nos momentos de grande angústia, frente aos quais o sistema não está à altura da situação ou quando seus órgãos especiais (nervosos e psíquicos) são destruídos com violência, forças psíquicas muito primitivas despertam-se, e são elas que tentam controlar a situação perturbada. Nesses momentos em que o sistema psíquico falha é o organismo que começa a pensar.” (FERENCZI, 1988, p.254)

Com Freud (1915/1990) afirmamos que o trabalho do luto consiste em um exame da realidade, que mostra ao sujeito que o objeto não existe mais. Também é exigido pela realidade que, mediante o reconhecimento da ausência do objeto, o investimento libidinoso seja retirado do mesmo, ficando o ego com libido para reinvestir em outro objeto.

O luto pela perda, quando não realizado, se processa por dois caminhos: o da culpabilidade e dos ideais — da depressão e da melancolia. Freud (1915/1990), ao descrever estes processos, denominou de “luto patológico” o primeiro caso, uma vez que as acusações obsessivas se intensificam e, dirigidas ao ego do sujeito, acusam-no severamente pela perda do objeto. A problemática da culpabilidade refere-se a essa recriminação dirigida ao próprio sujeito. Na melancolia, por sua vez, o sujeito não reconhece a perda e se identifica com o objeto, colocando-o dentro de si, sob a forma de uma identificação narcisista, descrita como “a sombra do objeto que recai sobre o ego” (FREUD, 1915/1990, p.246).

Assim, vemo-nos obrigados a reconhecer as diferenças e as aproximações entre o trabalho do luto e aquilo que referimos, de acordo com Martine Lussier (2011), como o *trabalho psíquico do exílio*. De um lado, a definição clássica em que Freud (1915/1990) propõe o luto como uma reação à perda de uma pessoa amada ou uma abstração colocada em seu lugar, tal como a *pátria, liberdade ou um ideal*, nos leva necessariamente a comparar luto e exílio. Por outro lado, tal comparação se revela digna de ressalva e com contornos metapsicológicos mais aguçados, visto que o estatuto da perda não é equiparável entre os dois termos — luto e exílio — devido às diferenças entre a realidade externa dos objetos referidos e

seus diferentes destinos pulsionais, sobretudo no que se refere às vicissitudes espaço-temporais.

No exílio, como na perda, encontramos algo da falta real (cidade/país, família, rede e função social) que logo é investido como objeto simbólico (a pátria, por exemplo), caracterizando, por um lado, a privação como o motor no trabalho de reordenamento dos investimentos narcísicos e de objeto. No entanto, no exílio é manifesta a referência à frustração e todo seu mote de reivindicação imaginária sobre algo que seria retirado do sujeito por uma instância simbólica, como a autoridade do Estado, e logo investida pelo sujeito na ordem do Real: materializada na terra perdida.

Julgamos necessária, todavia, uma reflexão sobre a diferença que o estatuto da realidade exterior acaba por engendrar no processo de elaboração da ruptura no exílio. Podemos admitir, a título de síntese, que, no trabalho do luto, o que está em jogo é um exame da realidade (FREUD, 1900/1915), exigida pela perda do investimento de objeto que não existe mais no nível da realidade exterior. Alinhamo-nos com Lussier (2011), todavia, quando a psicanalista sugere pensar conjuntamente a necessidade de um exame de *atualidade* do sujeito, tendo em conta o hiato espaço-temporal em que este se encontra. Decorrência da imediatez da partida, por vezes realizada durante alguns poucos minutos de decisão forçada, e/ou acrescidos de anos de espera e errância por várias cidades de provisória permanência, a descontinuidade da transição espaço-temporal não consegue ser representada pelo sujeito dentro da complexidade de suas idas e vindas.

Observamos, pelo menos num primeiro tempo do exílio, que o mero deslocamento no espaço representa muitas vezes (sobretudo aos indivíduos mais idosos) uma restituição de sua história perdida. A representação do espaço se oferece assim como superfície a ideias alucinantes, ou mesmo mágicas, sobre um retorno messiânico à terra perdida. Fato que contrasta com o tempo perdido que é tido como irreversível (*temos que começar tudo do zero*), e não permite uma atualização do sujeito frente a seus percursos. Como veremos no caso clínico, nosso trabalho passa pela escuta daquilo que se pode oferecer ao sujeito como demarcador espaço-temporal que o auxilie nesse exame de atualidade.

Quando o ego fica impossibilitado do exame de atualidade pelo excesso de realidade, a recomposição libidinal em um novo objeto fica interrompida, o investimento narcísico toma a direção do corpo e aí aparece uma “linguagem” que comunica que algo doloroso está sitiado no corpo e não em substitutos simbólicos. O corpo aparece assim como o último refúgio do qual o sujeito pode lançar mão. Entendemos este estado como o descrito como *comoção*, no sentido que Ferenczi (1988) atribui, ao falar do trauma: uma reação à excitação interior ou exterior que modifica o ego, decompondo-o ou fragmentando-o.

Com Rosolato (1984), verificamos que, na depressão decorrente da perda, o sofrimento torna-se o núcleo que se retrai no corpo. Toda a realidade psíquica se reduz a esse sofrimento, sendo que a maior parte das relações exteriores se apaga nessa retração e o corpo adquire o valor de continente que deve sustentar essa carga. Em detrimento de invólucros a fornecerem espacialidade aos conteúdos psíquicos, será o corpo que servirá como continente.

Nessa mesma perspectiva, Conte (2002) refere que ocorre um movimento de reflexividade, ou seja, um mecanismo primitivo de retorno sobre a própria pessoa que cria uma condição econômica de sobreinvestimento narcísico no corpo e que coincide com uma forma pulsional passiva e masoquista do objeto “aderido” no corpo do sujeito.

Em nossa experiência clínica, verificamos situações de violência anteriores ao exílio, que se manifestam sob a forma de perseguição, sequestro e estupro, e revelam tais efeitos de assujeitamento e passividade que encontram no corpo a inscrição do traumático. Os sequestros, por exemplo, frequentes nas cidades de onde provêm os exilados em questão, constituem uma suspensão indeterminada do tempo, na qual a vida de tais pessoas é reduzida ao mero valor de seus corpos, isto é, o preço de seu resgate. Durante este período indeterminado, o sujeito é confrontado aos medos arcaicos de exposição e destruição de sua integridade física e psíquica, violência que, como vimos, retorna *a posteriori* ao sujeito sob estados de pânico e angústia extremos. O fator exógeno do trauma desestabilizando as ancoragens pulsionais e invólucros psíquicos do sujeito desencadeia manifestações sintomáticas, que por retorno sobre si mesmo encontram no corpo uma via de expressão do sofrimento.

A clínica do estupro (estudada nos casos de mulheres em cativeiro nas guerrilhas urbanas) nos revela também as marcas de fragmentação do ego. A violência do estupro recai necessariamente sobre a dominação da sexualidade e do estatuto do feminino, que não almeja outra coisa senão eliminar a alteridade que a diferença sexual porta. Dito de outra forma, o estupro não visa apenas a satisfação sexual masculina, mas a utilitarização do corpo da mulher como forma de poder. A condição de assujeitamento e impregnação às cenas de violências vividas é tamanha que a mulher não encontra acesso a formas de representação do sofrimento enquistado nos registros sensoriais do corpo. Como pode haver memória se não é possível esquecer?

A impossibilidade de representação, confiscação do imaginário e o assujeitamento ao outro são marcas de um estado de desamparo fundamental (*Hilflosigkeit*) que encontra nos registros mais arcaicos da psique uma não tradução do corporal ao pulsional. A inexistência de uma espacialidade à inscrição simbólica deses-

tabiliza as organizações já existentes e funciona como uma despersonalização do vivido no nível narcísico. Como veremos a seguir, tal condição repercute diretamente na posição da mulher frente à sua sexualidade violada: o trauma do exílio deverá ser lido em conjunto com as marcas da violência que o engendrou.

FRAGMENTO CLÍNICO

Recebemos uma família recém-chegada de X (decidimos preservar as cidades e terra natal por questões éticas, bem como de segurança, uma vez que a família ainda reside no Brasil): um casal e três filhos — sendo que o marido é padrasto dos três. Neste último país, eles haviam passado seus últimos três anos de vida, haviam estabelecido residência fixa, todos trabalhavam e os dois filhos mais velhos (M, 19 e LC, 21) já não moravam mais com seus parentes, revelando uma distância entre eles. Chegam já admitidos pela ONU como refugiados e, como tal são encaminhados para o reassentamento junto à Asav. Após algumas semanas, os agentes sociais recolhem impressões de que um trabalho de escuta deveria ser realizado, sobretudo junto aos filhos. Sendo a filha, LC, quem precisaria de mais atenção, pois fora ela a causa do refúgio em X.

A história nos é, a princípio, apresentada pelos agentes sociais da seguinte forma: mesmo contra a indicação da mãe e do padrasto, LC havia namorado um “tipo não muito confiável” (palavras do padrasto), com quem tivera uma longa relação em Y, cidade natal. O namorado viria a ser, longe de qualquer suspeita por parte dela, participante de uma facção que trabalhava junto aos paramilitares e, devido a um momento de tensão política, ele a havia sequestrado e a mantido em cativeiro num acampamento ao redor da cidade Y. Durante esse tempo, ela fora violada e abusada sexualmente por alguns membros da facção. Quando conseguiu fugir (evento nunca relatado com muitos detalhes, nem por ela, nem pelos membros ONG), ela voltara para casa e toda família fora se refugiar em X.

A forma pela qual fomos apresentados à família por parte da equipe da ONG nos parece digna de nota. Ressaltando a diferença entre nosso trabalho e o dos psicólogos do Acnur, a diretora enfatiza aos membros da família em questão que eles não seriam obrigados a falar nada que não lhes fosse de sua vontade. Ressalva que, se por um lado, tenta evitar a reatualização de violências sofridas durante o processo de reconhecimento do status, por outro, parece, ao mesmo tempo, definir os termos do contrato de trabalho, ou seja, não falar de suas dores.

Em X, ficaram três anos. Depois de estabelecida certa identificação com a cidade e reconquistarem trabalhos, começam a receber ameaças anônimas que culminam com um atentado contra um familiar (cujo sobrenome era o mesmo). Este sobreviveu, mas foi o bastante para a família tomar a decisão de procurar o programa de refugiados da ONU e pedir asilo em outro país.

Durante as primeiras sessões, quando seu discurso recaía sobre o episódio do cativo, LC proferia um relato seco, contínuo, sem afetos, sempre relatando que já se encontrava reestabelecida e que o que havia se passado estava no passado. Quando indagada sobre o ex-namorado e sua vida clandestina de violência, ela dizia que não o perdoava. Eram de novo frases pontuais, sem margem a reticências. “Agora, precisamos pensar no aqui e agora, nos estabelecer no Brasil e trabalhar bastante.” Ela tentava fazer jus assim ao imperativo do padrasto, que na reunião coletiva entre agentes sociais, terapeutas e sua família, dissera exatamente as mesmas palavras, dispensando-se assim de qualquer engajamento analítico para se dedicar apenas ao trabalho.

Não por acaso, era o padrasto também quem enunciara a mais marcante de todas as frases do encontro inaugural. “LC é a culpada de nossa situação, perdemos tudo o que tínhamos por causa dela e de sua aventura, mas ela irá pagar por isso!” Frase que a mãe ouvira calada, silêncio que interpretáramos como uma ambivalência entre reprovação e zelo materno.

Após um mês de encontros semanais, LC começou a apresentar um sintoma: queixava-se de dores muito fortes nas pernas e mesmo, certas vezes, de paralisia, fato que não a deixava se locomover, muito menos trabalhar. Eles moravam em outro município e, portanto, ela alegava dificuldades em pegar o transporte para vir até Porto Alegre.

Quando questionada sobre o que pensava sobre tais dores, LC não associava a nada relacionado à sua vida passada. Algumas semanas se passariam até que alguns tons de protesto pudessem romper o imperativo parental de seguir em frente. Enquanto isso, quem se opunha era o corpo, como expressão de um compromisso psíquico entre desejo e defesa a ser revisitado. As pernas que doíam e impossibilitavam o percurso, diziam não apenas de uma história não contada, mas dos sentimentos de culpa que habitavam a adolescente, mote de todo o êxodo familiar.

O imperativo parental nos soa estranhamente familiar se contraposto à gênese bíblica que possui a marca do exílio impressa ao longo de suas narrativas. Quando à família de Ló é concedida a possibilidade de deixar a cidade de Sodoma, tal é o imperativo que recai sobre os que deixam a terra. “Não olhar para trás”, ao custo mortífero de se tornar estátua de sal. Olhar para trás então implicava não apenas se estagnar no passado, mas reencontrar os pecados que habitavam tal cidade de luxúrias e desfeitas a Deus. Tarefa que tal qual a mulher de Ló, LC parecia destinada a transgredir.³

Tal encruzilhada era acompanhada de insônias. Eram noites vividas em suspenso: sob a penumbra do silêncio e aparente ausência imaginária, uma televisão

³ Ver Lydia Tourn (2001), *Les chemins de l'exil*.

que ficava ligada, mas cujos programas e língua ainda não lhes diziam nada, ou muito pouco. Subjacente a tal estagnação se acusava a posição de entremundos. Era sob o fuso horário de outrora que se obstinavam os irmãos em manter os eixos de seus afazeres (mais à revelia de moções não sabidas, do que de fatos decididos). Disto resultava que, ao amanhecer, encontravam-se exaustos, e tudo faziam para não pegar o dito transporte para a cidade. Será que a viagem de trem portaria a marca de uma reatualização do traumático frente a uma posição paralisada que o trio fraterno compartilhava em complacência tácita?⁴

Ao perguntar à LC a que ela atribuía suas dores e insônias, ela dizia saber que deveria *se adaptar* e, não raro, esboçava no semblante algo que transparecia um complemento inconsciente à sua frase. Ensaiaava-se ali um desejo (de não adaptação) que mantido sob a sombra do não dito espelhava-se, fazendo com que perguntássemos a ela o que ali repousava?

O CORPO COLORIDO PENSADO ATRAVÉS DE IMAGNES FANTÁSTICA

Apresentada como o mais belo lugar de Y, senão da América inteira, um templo construído dentro de uma gruta de sal era o santuário que atualizava um tempo infantil de satisfação e segurança. Não por acaso, era igualmente a região de onde vinha seu avô paterno, a única figura masculina que resistia a uma série de identificações fracassadas, uma vez que seu padrasto era violento e incompreensivo e seu ex-namorado, violador e mentiroso. Interpretou-se tal evocação como algo curioso, convocando assim relatos até então ausentes sobre Y e sua herança.

O avô paterno, nas palavras de LC, não era a bem da verdade um santo. Parecia portar consigo a marca de algo que se transmitia de geração a geração, uma cesura nas relações parentais da família. Mulherengo e drogado, ele vivia numa fazenda de porcos aos arredores da tal gruta, para melhor usufruir de um estilo de vida não muito ortodoxo, por assim dizer. Apesar de todas as reprovações aos seus hábitos controversos, nele condensavam-se os sentimentos diametralmente opostos aos investidos no ex-namorado e no pai biológico. Posição peculiar que tal homem ocupava na família... seria ele o bastião de uma herança que guardava tanto ternura quanto disparates?

A partir desse novo elemento, criou-se uma frágil demanda de *tradução*, não apenas dos signos misteriosos do português, mas dos significantes que apresentavam uma verdadeira depressão por não estar mais lá, por não mais ser o que se era. A curiosidade era intercalada com silêncios.

⁴ Sobre reatualização do traumático em casos de refúgio, ver Pestre, E. (2011), *La vie psychique des réfugiés*, Paris, Payot.

Ao trabalho de tradução constante das palavras espanholas ao português (trabalho que implicava uma descoberta de novos representantes e imagens acústicas às representações outrora conhecidas, mas “misteriosamente” obnubiladas), associava-se a evocação de representações extremamente arcaicas. A possibilidade de evocar representantes da pátria deixada se realizava a partir dessa contiguidade dos signos aos sentidos e afetos de modo inextricável ligados ao corporal. A comida passara a cumprir uma função continente e pacificadora, quando a cadeia discursiva remetia a algum elemento traumático.

Quando, em meio à exaltação sobre como a vida em Y era perfeita e que lá podiam — ela e os irmãos — fazer tudo o que quisessem, LC era interpelada sobre os efeitos da violência e sobre os amigos ou conhecidos que haviam desaparecido “inexplicavelmente”, um mutismo tomava conta da sala. Logo após, acrescentava, “mas aqui no Brasil há muito mais violências”. Via-se que na imagem idealizada da terra natal ainda não se poderia tocar, e, em tais momentos, o tema da comida retornava.

No início, uma indexação de tudo aquilo que aqui não havia; depois, incursões e perguntas sobre o que se comia aqui. Estranhamentos e curiosidades passaram, então, a dar lugar às tentativas de encontrar os ingredientes que poderiam completar suas receitas ainda imaginárias. Para, por fim, realizarem almoços inteiros apenas com pratos de Y — mestiços, mas suficientes para exercerem uma espécie de ligação. Foram os momentos em que a transferência encontrou sua expressão mais positiva e amorosa, quando até mesmo risos irrompiam, sempre com a devida contenção posterior.

A pertença à pátria podia assim ser revisitada através dessa característica arcaica das sensações e sua ancoragem corporal. Curiosamente, a necessidade de olhar para trás só é realizada por meio de uma tradução literal, cuja ação não podemos restringir apenas à barreira das línguas (pois o espanhol era falado por ambas as partes), mas à dificuldade de representação dos elementos espaço-temporais que remete aos eventos traumáticos vividos por essa adolescente em sua terra natal.

Se tal movimento constituiu-se ou não como um segundo tempo do trabalho analítico no qual um esboço do arcaico tornou-se representação da condição do exílio, a brevidade do tratamento não nos deixou confirmar. Tanto LC quanto seus irmãos não voltaram às sessões depois de complicações na vida familiar que afetaram a relação com a Asav e terapeutas.

TRAÇANDO FRONTEIRAS NECESSÁRIAS

Destacamos aqui alguns elementos-chave para a compreensão do exílio sob a ótica específica do corpo frente ao desenraizamento subjetivo do sujeito refugiado. Tais chaves do exílio possuem, a nosso ver, o mérito de abrirem veredas para

análises futuras, muito antes do que a pretensão a respostas definitivas sobre o destino de tais percursos.

Tal fragmento clínico nos remete à posição de encruzilhada do corpo na interface do psiquismo e do social. Seja através das manifestações somáticas vivenciadas por LC, seja pelo processo arcaico de tradução/transcrição dos afetos que testemunham acerca da relação corpo a corpo que inaugura a psique, quando o corporal é solicitado a todo o momento durante o trabalho analítico. Um corpo sitiado: lugar de inscrição do estrangeiro invasor da vida psíquica, cuja desestabilização e destinos pulsionais redesenham a configuração da psicosexualidade feminina.

Frente a tal caso, não somos nós convidados a interpretar a ruptura do exílio por esse duplo traçado de violência, cuja separação da terra natal é redesenhada em *après-coup* pela desestabilização daquilo que permite ao indivíduo identificar-se como sujeito de uma sexualidade?

À impossibilidade de dar o passo à frente (imperativo parental), responde uma aderência da adolescente às vivências de horror, cuja não distância entre excitação e corpo sitia literalmente o corpo de LC. Constantemente atuantes, as cenas de violência não encontram figuração possível. A produção de um fantasma parece irrealizável, deixando que a vergonha e a humilhação falem durante os silêncios que murmuram igualmente sobre um difícil enlace transferencial, devido à diferença de sexos e culturas.

Às dores e paralisias coadunam-se as insônias divididas com os irmãos. Estes, numa formação quase solidária, unidos pelo desamparo, obstinam-se em comungar de um entremundo, cujas disposições e arranjos sociais parecem muitas vezes ajudar a alargar tal degrau, seja pela necessidade de pegar um meio de transporte e realizar viagens para ir ao terapeuta, seja pelo medo e repulsa que por vezes provocam em certos vizinhos.

É na visita a um espaço infantil, contudo, que se esboça um movimento de trabalho psíquico. O congelamento e fixidez do evento que aconteceu, mas não encontrou local de inscrição (BESSOLES, 1997) parece bem ilustrado na metáfora (interpretada por nós, como uma reação fundamental de engajamento ao tratamento) da gruta. Uma lembrança que passa a ser intensamente investida pela fantasia de *paraíso perdido*, que nos indica a posição inconsciente do sujeito frente ao traumático.

A reinstauração de um local ideal, que traz de volta o perdido, conjuga ao mesmo tempo a necessidade de uma referência espacial à terra natal — local de transmissão da herança familiar — e de uma regressão infantil que dê um continente à desestabilização narcísica da sexualidade feminina violada. Nesse contexto, tal gruta não seria significante infantil do sexo feminino enquanto território intocado e longe das incursões violentas? A busca pelas origens encontra

na (ir)representação da sexualidade feminina um mistério em comum. Como na cena descrita por Freud, na *Interpretação dos sonhos* (1900/1990), o gesto da matriarca que, ao esfregar as mãos uma contra a outra, mostra o pequeno fragmento de epiderme escura que delas resultam, dizendo é daqui donde viemos e para onde voltaremos⁵ nos parece uma aproximação plausível para a leitura de nosso caso.

Não seria, no entanto, sem nosso espanto que, quando reinstaurado tal espaço de proteção, a marca de uma cesura aparecesse junto àquilo que poderia ser lido como o bastião da herança materna de tal adolescente. Mesmo sob o revestimento de ternura afetiva, a escolha de um homem com histórico de uso abusivo de drogas e casos de violência parece tecer assim um arco de sobredeterminação ligando as três gerações, avó, mãe e filha. Sugerindo-nos, por conseguinte, uma possível hipótese acerca de uma transmissão geracional traumática, em que o exílio surge como expoente catastrófico de uma sucessão de repetições sintomáticas. Outra hipótese que o tempo não nos permitiu esclarecer.

Retomando a demanda da paciente por traduções dos elementos sensitivos e afetivos que ligavam as memórias de seu país às impressões corporais arcaicas, desejamos remarcar esta condição como marca do desenraizamento subjetivo que o exílio expõe. Poderíamos pensar, em uma primeira leitura, que tal trabalho referia-se à curiosidade estrita em conhecer a língua do país anfitrião, sob o pretexto de falar dos eventos traumáticos. No entanto, indagamos se tal jogo de traduções, enovelados pela transferência, nos assinala uma transposição de afetos arcaicos que procuravam espacialidades possíveis em outra língua, isto é, outras modalidades de ligação, a fim de se constituírem como canteiro inicial para novas identificações de objeto. A resposta parece constar no prefixo *trans* próprio às transcrições necessárias à transmissão de uma herança.

Neste caso, nos colocamos de acordo com Rosolato (apud ANZIEU, 1987) quando este diz que *a tradução destes significantes de demarcação enigmáticos pelos significantes linguísticos, graças à fala, é a função fundamental da psicanálise*. Seria então esta uma função *sine qua non* para o estabelecimento de deslocamentos e espaços intermediários entre corpo e pulsional onde o sujeito possa falar e simbolizar suas rupturas sofridas.

À guisa de conclusão, voltamos ao tema da ausência de *mediadores culturais* que possam construir espaços intermediários para a manifestação social da experiência do exílio. Em contraste ao trabalho de luto, a expressão da dor do exílio

⁵ Sonho nomeado como as “Três Parcas” em *A interpretação dos sonhos*, quando Freud (1900) associa um sonho que tivera às três parcas da mitologia, como símbolo das três relações que o homem pode ter com a mulher — hospedeira, companheira, morte. Freud lembra-se de uma cena aos 6 anos de idade em que sua mãe esfrega as mãos como estivesse fazendo *knödel* (bolinhas de massa) e mostra a fonte da origem e destino condensados ao mistério da sexualidade feminina.

ainda encontra poucas formações psicossociais, sendo o testemunho sua principal forma. Um trabalho coletivo de criação de espaços de reconstrução dos ritos e tradições culturais, tais como feiras típicas, festas e cultos, a partir dos quais uma cultura outra possa se inscrever no social da comunidade acolhedora, nos parece um espaço de multiplicação importante para tais fins.

Que a necessidade de um trabalho frente aos restos de uma herança e vida passe necessariamente por uma tradução fundamental do exílio não significa, contudo, que, a partir dele, se elimine um caráter de inadequação próprio ao intraduzível do trauma. À reinserção social proposta pelos programas de reassentamento solidário ligados ao Acnur — passo concreto em direção à edificação de condições materiais para integração do refugiado no laço social — adiciona-se, por conseguinte, a necessidade de construções de ritos de passagem que tratem de atualizar a presença de tais sujeitos em novas culturas. As qualificações e as capacitações técnico-profissionais são de notável importância desde que não desconectadas do contexto de diferença cultural em que operam.

Não será por meio de tal sensibilidade e acolhimento que o corpo em sua potência plástica pode ser chamado à baila, resgatando as danças, gestos e trajés que usualmente lhe davam suas vestimentas particulares, reapropriando o sujeito deste seu sítio tão íntimo quanto estranho?

Vislumbramos, assim, a via psíquica de recomposição do traumático através do significante “trans”, condição de possibilidade de transformar e transpor o trauma do exílio em direção a novas espacialidades e culturas, a partir da escuta psicanalítica que rearticula simbolicamente as marcas não traduzidas da experiência do exílio.

Recebido em 19/6/2012. Aprovado em 16/11/2012.

REFERÊNCIAS

- ALTOUNIAN, J. (2005) *L'intraduisible. Deuil, mémoire, transmission*. Paris: Dunod.
- ANZIEU, D. (1987) *Les enveloppes psychiques*. Paris: Dunod.
- BESSELES, P. (1997/2000) *Le meurtre du féminin. Clinique du viol*. Paris: Lecques, Éditions Théétète.
- . (2008) *Victimologie I*. Grenoble: PUG.
- CONTE, B. (2002) *Prazer e dor. O masoquismo e a sexualidade*. Porto Alegre: Criação Humana.
- FREUD, S. (1990) *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu.
- (1900) “La interpretación de los sueños”, v.IV, p.05.
- (1917 [1915]) “Duelo y melancolia”, v.XIV, p.246
- (1930) “Malestar en la cultura”, v.XXI, p.57.

- FERENCZI, S. (1988) *Diário clínico*. Buenos Aires: Conjetural.
- KAËS, R. (Dir.) (1989) *Violence d'Etat et Psychanalyse*. Paris: Dunod.
- LACAN, J. (1964/1986) *Le séminaire XI, Les quatres concepts fondamentaux de la psychanalyse*. Paris: Seuil.
- LUSSIER, M. (2011). *Le travail psychique de l'exil*. Paris: PUF (Le fil rouge).
- NATHAN, T. (1980/1984). *Le corps pris. Un élément dans l'étiologie de la vocation médicale. Perspectives psychiatriques*, n.75. Paris: Publicat. p.17-20.
- PESTRE, E. (2010) *La vie psychique des réfugiés*. Paris: Payot.
- ROSSOLATO, G. "O Eixo narcisista das depressões", in BIRMAN, J. e NICÉAS, C. A. (1984). *O objeto na teoria e na prática psicanalítica*. Rio de Janeiro: Campus, p.85
- TOURN, L. (2003) *Les chemins de l'exil: vers une identité ouverte*. Paris: Campagne Première.

Alexei C. Indursky
alexei.indursky@gmail.com

Bárbara de Souza Conte
barbara.conte@globo.com